

Representação do poder municipal e formação de impressões: Um estudo sobre a hipótese do presidencialismo municipal no Concelho de Cascais

ANA FRANCO (*)
VIRGÍLIO AMARAL (**)

1. O PODER MUNICIPAL E A HIPÓTESE DO PRESIDENCIALISMO MUNICIPAL

A instituição municipal permaneceu até aos nossos dias como um símbolo de autonomia em relação ao Poder Central, embora tenha sofrido alterações à medida que o Estado foi adquirindo poder. Mas esta tendência centralizadora também foi passando por períodos de crise, que permitiram que o Poder Municipal readquirisse algumas das suas competências.

Segundo Veneza (1986), se procedermos a uma análise mais detalhada da História do Município e das suas relações com o Poder Central, certamente que observaríamos um processo cíclico relativamente à sua autonomia. Este processo surgiu sempre que, em momentos de crise, as forças políticas em confronto procuraram o

apoio das estruturas locais na luta pelo poder. Foi a partir do 25 de Abril de 1974 que se registou um aumento progressivo da autonomia municipal. No anterior regime, o Município era uma instituição desvalorizada devido ao modelo centralizador do Estado Novo. O Presidente da Câmara era nomeado pelo Poder Central, as autarquias locais eram financiadas por subsídios oriundos do Poder Central sem qualquer critério de distribuição. Os executivos municipais apenas exerciam a sua função de controlo, fiscalizando as normas definidas centralmente. Sem receitas próprias, os municípios viviam da comparticipação do Estado, não podendo implementar qualquer tipo de planos, nomeadamente urbanísticos.

Com a Revolução de Abril houve uma reorientação dos vários aparelhos do Estado, incluindo o Poder Municipal. Os executivos municipais confrontaram-se com graves problemas ao nível do equipamento social (habitação, creches, escolas, transportes, etc.), a sua desorganização e inexperiência condicionaram a intervenção em domínios prioritários como os aspectos sociais e económicos.

(*) Psicóloga Social e das Organizações.

(**) Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

Segundo Veneza (1986) o Município do pós 25 de Abril manteve uma certa semelhança com a estrutura que existia durante o Estado Novo, uma vez que não ocorreu a transformação qualitativa nas funções burocráticas. Em 1976, a Constituição consagrou a existência de Autarquias Locais e foi publicada a Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro «Lei das Autarquias», que definiu as atribuições das autarquias e as competências dos respectivos órgãos. Só em 1978 foi aprovada pela Assembleia da República a «Lei das Finanças Locais» (Lei n.º 1/79 de 2 de Janeiro) que consagra a autonomia financeira das autarquias. Porém, esta lei continuou a limitar do poder dos Municípios, uma vez que estes mantiveram praticamente as mesmas competências e só cinco anos mais tarde é que foram demarcadas as áreas de actuação da Administração Central e Local. Portas (1988) considera que a grande limitação do Poder Local reside no grande número de competências imperfeitas ou burocraticamente tuteladas e também no facto de a descentralização das competências ter sido realizada num momento de «crise fiscal» do Estado.

Apesar do panorama, verificou-se uma evolução qualitativa por parte dos Municípios em relação aos domínios do planeamento, assistência, saúde, ensino, cultura, etc. Veneza (1986) considera que, por todas estas razões, se torna cada vez mais necessária a descentralização da administração do Estado, passando os municípios a ser órgãos periféricos deste, com níveis de decisão mais próximos das comunidades. Fernandes (1992) realça que esta descentralização poderá ocorrer sem uma democracia participativa, através do reforço do poder dos executivos municipais e da democracia representativa.

Segundo Mozzicafreddo, Guerra, Fernandes e Quintela (1991) o Poder Autárquico é «(...) a configuração territorial de um conjunto independente de: 1) instituições políticas e administrativas dos municípios, 2) funções e responsabilidades sociais e políticas das associações locais e 3) a distância das relações sociais e locais» (p. 15).

O interesse de estudar a articulação entre a Administração Central com a estrutura do Poder Autárquico e o seu funcionamento, consiste na sua delimitação político-institucional e a sua relação entre grupos sociais. Tal como referem Mozzicafreddo, Guerra, Fernandes e Quintela

(1988), é pertinente estudar a inter-relação entre a Administração Central e o Poder Autárquico através da análise das tendências para a centralização ou para a autonomia.

Mozzicafreddo *et al.* (1988) sistematizam os estudos sobre o Poder Municipal em duas perspectivas. A que considera o Poder Municipal como apenas uma delegação da Administração Central e a que o considera independente das normas desta e autónomo em relação à sua capacidade de intervenção. A primeira perspectiva considera que o Poder Municipal não tem autonomia financeira em relação à Administração Central, apenas cumprindo os serviços públicos que são uniformes para todos os Municípios existindo sempre uma dependência da intervenção local em relação à legislação central. A segunda perspectiva considera, pelo contrário, que o governo local possui autonomia em relação à Administração Central, uma vez que é aquele que estabelece o elo de ligação entre o Poder Central e o eleitorado. Os seguidores desta perspectiva consideram que se deve analisar o poder do eleitorado e a sua delegação no governo local, uma vez que é este o agente decisor e executor das acções que influenciam o desenvolvimento local.

Ambas as perspectivas se debruçam sobre a capacidade de exercer o poder, quer este provenha do Estado ou do eleitorado.

No seguimento desta segunda perspectiva, Mozzicafreddo, Guerra, Fernandes e Quintela (1991) levantam uma hipótese sobre o papel do Presidente da Câmara em relação ao exercício do Poder Municipal. Para estes autores, tem-se verificado a existência de um fenómeno que denominam de Presidencialismo Municipal. Este fenómeno consiste na saliência adquirida pelos chefes executivos municipais no interior da esfera política, estabelecendo relações de poder suficientemente estáveis, fortes e sem ultrapassarem os limites da sociedade local, sobressaindo a gestão da sua própria figura política.

Mozzicafreddo *et al.* (1991) definem o funcionamento do Poder Autárquico na última década como assente em duas fases. Na primeira fase, predominou uma política intervencionista de assistência às exigências locais, tentando-se aumentar as competências legais e financeiras das autarquias. Na segunda fase, defendeu-se uma política de modernização técnico-administrativa

de contenção de gastos municipais e uma maior dedicação ao sector privado local. Para aqueles autores, em ambas as fases os objectivos e actividades definidas pelos autarcas e os tipos de gestão praticados eram personificados na figura do Presidente da Câmara.

Numa pesquisa cuja metodologia assentou em estudos de caso e inquéritos a Presidentes de 55 concelhos urbanos e rurais e a 65 associações locais mais representativas dos cinco concelhos seleccionados para a investigação, Mozzicafreddo *et al.* (1991) para além de outras conclusões, constataram que a personificação do poder ou o «Presidencialismo Municipal» assentou nos seguintes aspectos: a) a atribuição legislativa de competências executivas e financeiras às autarquias, assim como a atribuição ao Presidente da Câmara de meios para aumentar a dinamização e controlo da maior parte das actividades da Câmara Municipal; b) as acções camarárias de resposta por parte do Presidente às solicitações imediatas dos munícipes; c) as redes de relações estabelecidas entre o Presidente e as associações locais nas acções sociais, recreativas e culturais; d) a avaliação democrática por parte dos munícipes através das eleições locais. A partir dos dados obtidos, os autores conseguiram também elaborar um perfil tipo sobre o Presidente da Câmara. Assim, este tem entre 50 e 55 anos; é do sexo masculino; tem curso superior; inclui-se nos quadros superiores, técnicos médios ou nos dirigentes; exerce actividade política há mais de 20 anos, reside no concelho onde é presidente desde sempre; trabalha no concelho onde é presidente; tem experiência em associações desportivas e culturais e acumula três ou quatro mandatos como presidente.

Fernandes (1992) refere o Presidencialismo Municipal como uma forma de descentralização do Poder na ausência de uma democracia participativa. Fenómeno que deriva de uma gestão auto-centrada resultando num afastamento entre os autarcas e a estrutura social local, sem existência de diálogo com os grupos que representam as actividades do meio e também com a própria população, apenas se estabelecendo relações de diálogo preferencial com as associações existentes, que se supõe serem representativas da vontade colectiva.

Ruivo (1993) sugere que a necessidade de descentralização do governo Local em relação ao

governo central depende da autonomia e capacidade financeira que o Poder Local deverá desenvolver com a ajuda do governo central. Para que tal possa acontecer, será necessária a criação de recursos próprios e a concretização de planos de actividade. Apesar de estas serem as medidas defendidas pela maioria dos Presidentes, verifica-se que em Portugal isto não acontece, uma vez que «(...) em termos financeiros não se tem vindo a reforçar a personalidade própria e a responsabilização inerentes à descentralização» (Ruivo, 1993, p. 412).

No trabalho de Ruivo (1993) foram também analisadas algumas razões que motivaram a eleição do Presidente da Câmara. Assim verificou-se que a maioria das respostas identifica como razão prioritária as características pessoais do Presidente da Câmara.

Nos EUA também foram concretizados alguns estudos que revelam a importância de estudar a impressão formada sobre os líderes políticos, nomeadamente os Presidentes no contexto político americano. Para autores como Kinder e Fiske (1986) os julgamentos não dependem daquilo que as pessoas sabem, mas da ideia que surge automaticamente no momento em que julgam. Portanto, os sujeitos elaboram inferências automáticas e naturais sobre os outros, neste caso sobre o Presidente, baseando-se apenas num aspecto central. A partir daí toda a informação sobre o objecto vai sendo interpretada em consonância com os julgamentos previamente elaborados sobre ele. Encontramo-nos no domínio da Formação de Impressões. As impressões surgem da necessidade de categorizar e organizar o excesso de informação proveniente do exterior. Para Caetano (1993) formar uma impressão «(...) significa organizar a informação disponível acerca de uma pessoa de modo a podermos integrá-la numa categoria significativa para nós» (p. 89). Uma vez que as exigências do meio são, na maioria das vezes, excessivas, necessitamos de criar uma impressão sobre os objectos, de modo a organizar a informação de que dispomos. A verdade é que não é preciso muita informação para formar uma impressão e integrar o objecto nas categorias já existentes. Quando o objecto é uma pessoa, por exemplo um líder político, como um Presidente do Município, a formação de uma impressão é ainda mais necessária porque

nos é constantemente solicitado pelos outros uma opinião sobre esse objecto social.

Neste artigo, para além de se dar a conhecer a opinião dos sujeitos sobre o Poder Municipal e sobre o Actual Presidente da Câmara, pretende-se averiguar a hipótese do Presidencialismo Municipal. Assim tenta-se estabelecer se as pessoas ao referirem aspectos do Presidente quando pensam no Poder Municipal, evocam aquela figura da mesma forma do que os indivíduos que são induzidos a pensar apenas no estímulo «Actual Presidente da Câmara». Se tal acontecer é possível inferir que a Representação do Poder Municipal é determinada pela impressão que os sujeitos possuem sobre o Actual Presidente da Câmara, ou seja, verificar a existência de uma pessoa-

lização do Poder, confirmando a hipótese de Mozzicafreddo *et al.* No trabalho agora apresentado, aborda-se o Poder Municipal na perspectiva do eleitorado, o que complementa o conjunto de literatura revista, centrada na análise do perfil do Presidente da Câmara a partir das respostas dos eleitos, mormente os próprios Presidentes da Câmara.

2. MÉTODO

2.1. Sujeitos

Enunciados os objectivos do estudo, os sujei-

FIGURA 1
Caracterização da amostra

SEXO	Masculino	47.7%
	Feminino	32.2%
IDADE	Dos 18 aos 24 anos	42.3%
	Dos 25 aos 34 anos	24.1%
	Dos 35 aos 44 anos	17.4%
	Dos 45 aos 54 anos	10.8%
	Dos 55 aos 64 anos	3.7%
	Dos 65 aos 74 anos	0.7%
	Mais de 75 anos	1.5%
NÍVEL SOCIO CULTURAL	Ensino Básico	4.4%
	Ensino Preparatório	6.6%
	Curso Complementar do Liceu	60.3%
	Ensino Técnico	6.3%
	Ensino Superior	22.2%
CATEGORIA PROFISSIONAL	Profissões Científicas, Técnicas e Artísticas	16.6%
	Pessoal Administrativo	17.7%
	Pessoal do Comércio e Serviços	14.8%
	Operariado (Trabalhadores da Indústria e Transportes)	4.0%
	Retirados	25.5%
	Não responderam	21.1%
LUGAR DE CLASSE	Burguesia Empresarial e Proprietária	11.5%
	Peguesa Burguesia Técnica e de Enquadramento	38.5%
	Peguesa Burguesia de Execução/Operariado Industrial	11.1%
	Estudantes	22.2%
	Não responderam	12.9%
TEMPO DE RESIDÊNCIA NO CONCELHO	Menos de 10 anos	13.3%
	Entre 10 e 20 anos	41.8%
	Entre 20 e 30 anos	31.8%
	Mais de 30 anos	10.3%
	Não responderam	0.3%

tos inquiridos obedecem aos seguintes critérios: residirem no Concelho de Cascais; terem votado nas últimas eleições autárquicas.

A dimensão total da amostra é de 270 sujeitos, tendo-se precedido a uma amostragem por conveniência.

Para a comparação de respostas diferenciadas aos estímulos «Poder Municipal» e «Actual Presidente da Câmara: a hipótese de Presidencialismo Municipal», apenas foram considerados 90 sujeitos (45 em cada grupo), uma vez que apenas 45 sujeitos referiram o Presidente da Câmara quando lhes foi perguntado o que pensavam sobre o Poder Municipal.

2.2. *Instrumento*

O instrumento utilizado foi um questionário, constituído por duas questões abertas e várias questões fechadas sobre a caracterização socio-demográfica dos sujeitos (sexo, idade, nível socio-cultural, categoria profissional, lugar de classe e tempo de residência no concelho).

Na primeira questão aberta apresenta-se o estímulo «Poder Municipal» e na segunda questão aberta o estímulo «Actual Presidente da Câmara», pedindo-se aos sujeitos para enunciarem palavras que associem a estes dois estímulos.

2.3. *Procedimento*

Depois de recolhidos os dados, as respostas dos sujeitos foram introduzidas em ficheiros de texto tendo sido realizadas duas Análises Factoriais de Correspondências Simples. As palavras com frequência igual ou inferior a dois foram eliminadas (Rodrigues, Sousa & Marques, 1986).

Procedeu-se assim a uma Análise de Conteúdo dos resultados. Com base nos dados obtidos e na configuração bidimensional de 80 traços de personalidade que resulta da análise das representações estruturais das teorias implícitas da personalidade (Rosenberg & Sedlak, 1972) foi calculado um Qui Quadrado de Frequências Observadas e Esperadas. Para realizar esta análise foram contabilizadas as frequências de sujeitos que enunciaram uma ou mais palavras referentes a cada categoria, não se incluindo o mesmo sujeito em mais do que uma categoria.

3. RESULTADOS

3.1. *Análise Semântica de «Poder Municipal»*

No cálculo de frequências no programa SPAD.T para o estímulo «Poder Municipal» foram obtidas 2179 palavras com 38,1% de palavras diferentes.

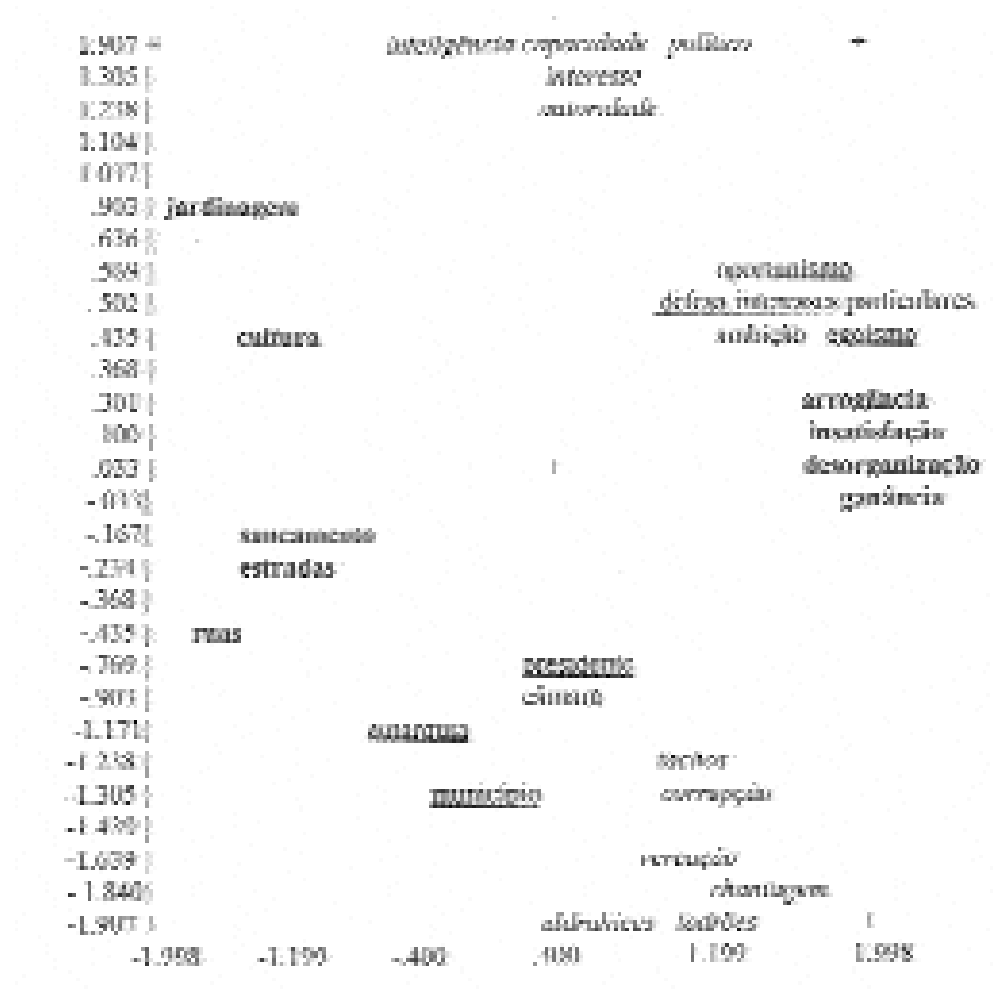
Segundo Cibois (1954) numa Análise Factorial de Correspondências (AFC) é muito raro conseguir obter-se um valor próprio muito elevado no primeiro factor. Por esta razão, é aceitável uma AFC cujo primeiro factor apresente um valor próprio superior a 0.10, sendo que para a retenção de factores a analisar seguiu-se o seguinte critério (Cibois, 1954): um factor com um valor próprio inferior a 0.10 significa que tem uma ligação fraca entre as palavras, um factor com um valor próprio entre 0.10 e 0.20 significa que existe uma ligação entre as palavras e um factor cujo valor próprio é superior a 0.20 é um factor que denota a existência de uma boa ligação entre as palavras. Com base neste critério, foram considerados para a análise os três primeiros factores com os seguintes valores próprios: 0.63, 0.58, e 0.54 respectivamente.

Tal como podemos observar no gráfico da Figura 2, no primeiro factor verifica-se que é atribuída pelos indivíduos uma grande importância aos aspectos da Município que, no seu conjunto, correspondem às respectivas Competências. De um modo geral, inclui-se neste grupo todos os aspectos referentes ao Município, por exemplo, cultura, saneamento, construção, zonas verdes, cuja criação e manutenção deve ser da responsabilidade dos representantes do Poder Municipal, incluindo o Presidente. Em oposição a este conjunto de competências, surge uma imagem denegrida sobre a concretização das mesmas, sendo ilucidatórias palavras como: desorganização, arrogância, ganância ou insatisfação.

Neste factor é claro o desfasamento que existe, na opinião dos indivíduos, entre as Competências do Poder Municipal e a forma como estas são concretizadas.

O segundo factor caracteriza-se pela oposição entre, por um lado, as características que os representantes do Poder Municipal devem possuir, por exemplo, «autoridade», «capacidade», «inteligência», «interesse», e, por outro lado, um

FIGURA 2
Gráfico dos três factores obtidos na Análise Factorial de Correspondências sobre o Poder Municipal



Legenda: Bold – palavras que pertencem ao primeiro factor.
 Itálico – palavras que pertencem ao segundo factor.
 Sublinhado – palavras que pertencem ao terceiro factor.

conjunto de actos ilícitos (aldrabice, chantagem, corrupção, tachos) que, na opinião das pessoas, são praticados pelos vereadores, uma vez que a palavra «vereação» surge associada às mesmas.

Por último, o terceiro factor é ilustrado por um conjunto de ideias que caracterizam os representantes do Poder Municipal, excluindo deste grupo o Presidente da Câmara, uma vez que a palavra referente ao mesmo se situa no pólo oposto do factor, juntamente com as outras componentes do Poder Municipal como a Câmara, o Município, a Autarquia, etc.

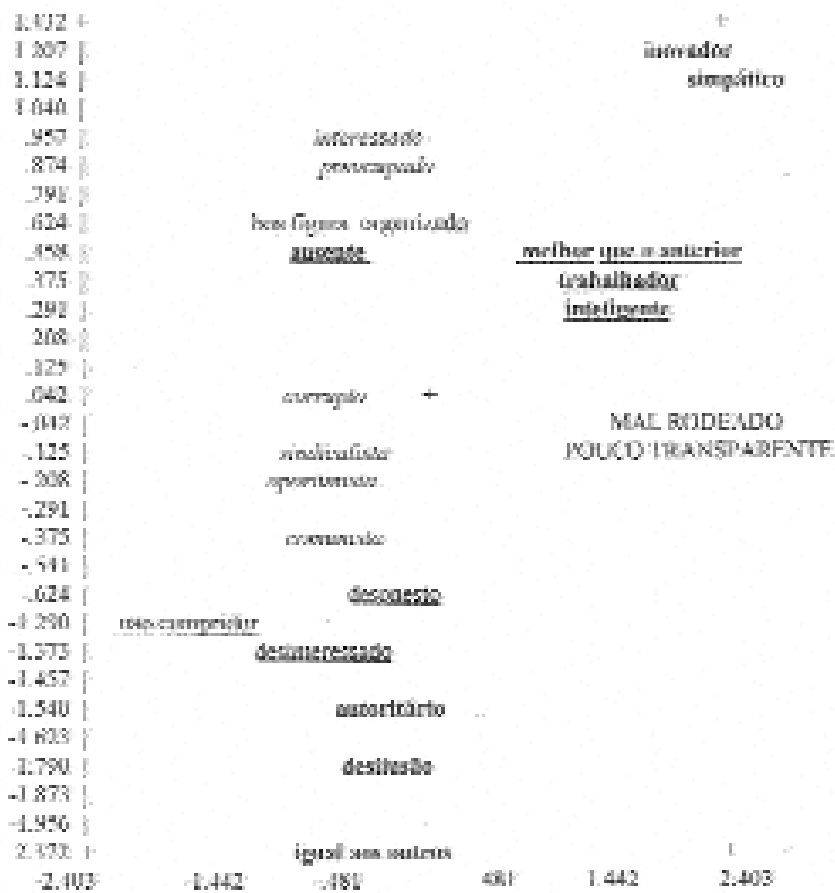
3.2. Análise Semântica de «Actual Presidente da Câmara»

No cálculo de frequências no programa SPAD.T para o estímulo «Actual Presidente da Câmara» foram obtidas 756 palavras com 50,1% de palavras diferentes.

Seguindo o mesmo critério da análise anterior (Cibois, 1954) foram contemplados para a análise cinco factores com os seguintes valores próprio: 0.92, 0.90, 0.85, 0.82 e 0.79.

Os aspectos sobre o Presidente da Câmara a

FIGURA 3
Gráfico dos cinco factores obtidos na Análise Factorial de Correspondências sobre o «Actual Presidente da Câmara»



Legenda: Maiúsculas – palavras que pertencem ao primeiro factor.
 Bold – palavras que pertencem ao segundo factor.
 Itálico – palavras que pertencem ao terceiro factor.
 Sublinhado – palavras que pertencem ao quarto factor.
 Sublinhado e Bold – palavras que pertencem ao quinto factor.

que os indivíduos atribuem maior relevância correspondem ao primeiro factor. Curiosamente este factor é apenas constituído por um pólo, não se verificando um conjunto de palavras ou ideias em oposição. Tal como podemos observar no gráfico da Figura 3, o único pólo do factor caracteriza-se pelas palavras «mal rodeado» e «pouco transparente». O que significa que os indivíduos ao pensarem no Actual Presidente da Câmara realçam dois aspectos que se referem implicitamente ao seu desempenho. A palavra «mal rodeado» demonstra que as pessoas enunciam a presença de aspectos externos ao Presidente, nomeadamente os vereadores e os autarcas, que indirectamente influenciam o trabalho daquele. A segunda palavra já se refere a uma causa inerente ao próprio Presidente. Os sujeitos consideram que este, apesar de mal rodeado, dá pouco a conhecer das suas intenções e estratégias para com o Município.

O segundo factor polariza dois conjuntos de ideias, que se referem à concretização das expectativas dos indivíduos formadas durante a campanha eleitoral. Num dos pólos transparece a imagem de um Presidente da Câmara que não tem correspondido às suas expectativas, o que se manifesta em palavras como «igual aos outros», «autoritário» e «desilusão». No pólo oposto do factor expressa-se as expectativas que são satisfeitas pela actuação do Presidente, considerando-o inovador, quando comparado com o anterior e simpático.

As palavras «Comunista», «Sindicalista», «Oportunista» e «Corrupto» surgem associadas, constituindo um pólo do terceiro factor e representam uma opinião negativa sobre o passado do Presidente. No pólo oposto, salienta-se a imagem positiva do Presidente, «interessado» e «preocupado».

No quarto factor constata-se, na continuação do terceiro factor, uma opinião negativa sobre o Presidente da Câmara uma vez que este não cumpre os requisitos, é desonesto e também desinteressado pelos problemas da população do seu Município. Por outro lado, surge no pólo oposto a ideia de um Presidente organizado sendo referenciado o aspecto físico do Presidente através da palavra «boa figura».

Por fim, no último factor, verifica-se uma oposição entre, por um lado, a ideia de que o Presidente está demasiado tempo ausente e, por

outro lado, a ideia de que o actual Presidente da Câmara é melhor do que o anterior e que está a fazer um bom trabalho.

3.3. *Comparação de respostas diferenciadas aos estímulos «Poder Municipal» e «Actual Presidente da Câmara: a hipótese de Presidencialismo Municipal»*

De forma a testar a hipótese de Presidencialismo Municipal, realizou-se uma análise de Qui Quadrado entre um grupo de indivíduos que responderam ao estímulo «Poder Municipal» e um grupo de indivíduos que responderam ao estímulo «Actual Presidente da Câmara». O resultado obtido (Qui Quadrado (3 gl = 3.93, $p < .05$)) sugere a existência de diferenças entre os dois grupos. Assim pode-se afirmar que a Representação do Poder Municipal não é significativamente determinada pelas impressões dos munícipes acerca do Presidente em vigor, isto é, que a forma como o Poder Municipal é socialmente pensado não é condicionado pela impressão do eleitorado sobre o Presidente da edilidade.

4. DISCUSSÃO

O principal aspecto a retirar deste estudo é a ausência do fenómeno Presidencialismo Municipal no Concelho de Cascais. Restringindo-nos à dimensão da amostra estudada, podemos afirmar que esta ausência significa que existem diferenças entre as respostas das pessoas a quem foi perguntado o que pensavam sobre o Poder Municipal e as respostas do grupo de pessoas, a quem foi induzido o estímulo «Actual Presidente da Câmara». Estas diferenças demonstram que a representação do Poder Municipal não é determinada pela impressão que o eleitorado possui sobre o Presidente, ou seja, nada leva a crer que exista por parte do eleitorado de Cascais uma personificação do Poder, com base na figura do Presidente. Uma explicação para os resultados obtidos, poderá ser a de que a representação do Poder Municipal não é determinada pela impressão do eleitorado sobre o Presidente, mas pela impressão sobre a Vereação, sendo esta definida como o conjunto dos representantes do Poder Municipal. Assim, poder-se-á supor a existência de um fenómeno semelhante ao Presidencialismo

Municipal, sendo a representação do Poder determinada pela impressão sobre os representantes desse mesmo poder, em vez de determinada pela impressão sobre o Presidente. Esta possibilidade de explicação, surge ao verificar-se a presença da palavra «Vereação» em associação ao conjunto de aspectos negativos, que descrevem a representação do Poder, por parte dos cidadãos do Concelho de Cascais. É de salientar que o Presidente da Câmara, apesar de ser descrito negativamente em algumas situações, não surge associado aos outros representantes do Poder Municipal, sendo apenas enunciado como uma das componentes do mesmo.

Todos estes aspectos invocam a necessidade de se ter em conta a opinião do eleitorado sobre os representantes do Poder Municipal. Esta nova perspectiva poderá complementar os estudos já realizados sobre o Poder Municipal, nomeadamente a figura do Presidente da Câmara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caetano, A. (1993). Formação de impressões. In J. Vala & M. Monteiro (Eds.), *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cibois, P. (1954). *L'analyse des donnés en sociologie*. Paris: PUF.
- Fernandes, A. (1992). Poder local e democracia. *Sociologia*, 1/2, 29-59.
- Kinder, D. (1986). Presidents in public mind. In M. Hermann (Ed.), *Political psychology: Contemporary problems and issues*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Mozzicafredo, J., Guerra, I., Fernandes, M., & Quintela, J. (1988). Poder autárquico e desenvolvimento local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, 79-114.
- Mozzicafredo, J., Guerra, I., Fernandes, M., & Quintela, J. (1991). *Gestão e legitimidade no poder local*. Lisboa: Escher.
- Portas, N. (1988). Sobre alguns problemas da descentralização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, 61-78.
- Rodrigues, A., Sousa, E., & Marques, J. (1986). A representação social da justiça em Portugal – uma análise psico-social da percepção do aparelho judiciário. *Análise Psicológica*, 3/4, 377-459.
- Rosenberg, S., & Sedlak, A. (1972). Structural representations of implicit personality theory. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, Vol. 16. New York: Academic Press.
- Ruivo, F. (1993). Estado e poder relacional: a intervenção informal dos governos locais em Portugal. In B. Sousa Santos (Ed.), *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- Veneza, A. (1986). O poder local, 1976-1984: da indefinição à (des)centralização estatal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/29, 693-708.

RESUMO

Procuramos no presente artigo dar a conhecer a opinião do eleitorado do Concelho de Cascais sobre o Poder Municipal destacando a apreciação do mesmo sobre o Actual Presidente da Câmara. Para além da análise semântica destes dois aspectos, é testada a hipótese teórica do Presidencialismo Municipal, averiguando a existência de uma personificação do poder na figura do Presidente, ou seja, se a representação do Poder Municipal é determinada pelas impressões dos munícipes acerca do Presidente em funções.

Palavras-chave: Poder municipal, presidencialismo municipal, formação de opiniões.

ABSTRACT

In the presente article, the authors present the opinion of the voters of the County of Cascais about the Municipal Power and the President of the Municipality of Cascais. A semantic analysis of the two issues is conducted, and the so called Hipotesis of the Municipal Presidentialism is tested. The researchers tried to determine if there is a personification of power, that is, if the representation of the municipal power is determined by the impressions of the voters about the municipal president.

Key words: Municipal power, municipal presidentialism, opinions.